

ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF

Edital 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	180378-ESP-CTO. INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO - CIAF	ISABELLA COSTA MONTEIRO	24/03/2026 11:22 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		057.00083548/2026-51

1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

PREGÃO
ELETRÔNICO
90002/2026

CONTRATANTE (UASG)
(180378)

OBJETO
Contratação de serviço especializado para realização de manutenção preventiva ou corretiva, de equipamentos de ar condicionado para a DS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 20.272,08

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 13/04/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:
aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Sumário

- 1. DO OBJETO 3
- 2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
- 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 4

4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	13
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	19
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20
11.	DOS RECURSOS	21
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº20260180901 SEI Nº 057.00083548/2026-51)

Torna-se público que o(a) Secretaria de Segurança Pública, por meio do(a) Centro Integrado de Apoio Financeiro (CIAF), sediado(a) Avenida Cruzeiro d Sul, 260 4º andar, Canindé CEP:03033-020, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço especializado para realização de manutenção preventiva ou corretiva, de equipamentos de ar condicionado para a DS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o grupo a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade

- contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 3.12. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021..

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
- 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- ## 7. DA FASE DE JULGAMENTO
- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicaf;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.
- 8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

- 8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):
- 8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.
- 8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.
- 8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
- 10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.
11. DOS RECURSOS
- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI).
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação [ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5%% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte email: ciafuge@policiamilitar.sp.gov.br

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet “www.comprasnet.gob.br”, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será

automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.imprensaoficial.com.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

São Paulo, data da assinatura digital.

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURO EVANGELISTA DE ASSIS JUNIOR

SUBSCRITOR DO EDITAL



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 11:22:06.

ESP-CENTRO MEDICO

Termo de Referência 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	180220-ESP-CENTRO MEDICO	THIAGO MONTEIRO BUSTAMANTE SA LEAL	09/03/2026 16:15 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		057.00025257/2026-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e piso teto, incluindo unidades evaporadoras e condensadoras, com fornecimento de peças, materiais, insumos e mão de obra, destinados à Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMESP, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD TOTAL	QTD DE MANUTENÇÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS	2771	UNIDADE	9	2	R\$ 237,88	R\$ 4.281,84
	2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA) DE AR CONDICIONADO, DE 9.000 BTUS	2771	UNIDADE	9	1	R\$ 284,15	R\$ 2.557,35
	3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	2771	UNIDADE	7	2	R\$ 290,17	R\$ 4.062,38
	4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA) DE AR CONDICIONADO (MARCA DIVERSAS), DE 12.000 BTUS	2771	UNIDADE	7	1	R\$ 290,17	R\$ 2.031,19
		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO						

5	PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 29.000 BTUS	2771	UNIDADE	6	2	R\$ 297,00	R\$ 3.564,00
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA) DE AR CONDICIONADO DE 29.000 BTUS	2771	UNIDADE	6	1	R\$ 297,00	R\$ 1.782,00
7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 48.000 BTUS	2771	UNIDADE	2	2	R\$ 332,22	R\$ 1.328,88
8	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA) DE AR CONDICIONADO DE 48.000 BTUS	2771	UNIDADE	2	1	R\$ 332,22	R\$ 664,44
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO							R\$ 20.272,08

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência, conforme segue:
- 1.1.1.1. serviço de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado;
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- 4.1.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas ambientalmente adequadas na execução dos serviços, especialmente quanto ao correto manuseio, recolhimento, armazenamento temporário e destinação final de resíduos sólidos e líquidos gerados durante a manutenção dos aparelhos de ar-condicionado, tais como filtros, óleos, componentes eletrônicos e materiais contaminantes, observando a legislação ambiental vigente;
- 4.1.2. O descarte de fluidos refrigerantes (gases) deverá observar as normas ambientais e técnicas aplicáveis, sendo vedada qualquer forma de liberação inadequada na atmosfera, devendo a CONTRATADA utilizar equipamentos apropriados para recolhimento e reaproveitamento ou destinação ambientalmente correta;

Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico

Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. no início da execução contratual, a CONTRATADA deverá realizar diagnóstico técnico inicial em todos os aparelhos de ar-condicionado abrangidos pelo contrato, com o objetivo de:

5.1.1.1. a) verificar o estado de conservação, funcionamento e segurança dos equipamentos;

5.1.1.2. b) identificar necessidades de manutenção preventiva imediata;

5.1.1.3. c) apontar eventuais falhas, desgastes, vazamentos, sujeiras excessivas ou riscos operacionais;

5.1.1.4. d) subsidiar o planejamento das manutenções preventivas e corretivas durante a vigência contratual;

5.1.2. O diagnóstico deverá ser formalizado por meio de relatório técnico, contendo, no mínimo:

5.1.2.1. identificação do equipamento (local, marca, modelo e capacidade);

5.1.2.2. condição operacional encontrada;

5.1.2.3. recomendações técnicas;

5.1.2.4. registro fotográfico, quando aplicável;

5.1.3. o relatório deverá ser entregue à fiscalização do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da emissão da Ordem de Serviço inicial

5.1.4. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato;

5.1.5. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.6. Manutenção preventiva, a ser realizada 02 (duas) vezes ao longo da vigência contratual, compreendendo, no mínimo:

5.1.7. limpeza de filtros de ar, serpentinas, bandejas de condensado e drenos;

5.1.8. higienização das unidades evaporadoras e condensadoras;

5.1.9. verificação de funcionamento de ventiladores, compressores e termostatos;

5.1.10. inspeção de conexões elétricas, reaperto de terminais e medição de corrente;

5.1.11. verificação de pressões, temperatura e desempenho geral do equipamento;

5.1.12. teste de operação e registro técnico do serviço executado;

5.2. Manutenção corretiva, a ser executada sempre que constatada falha, defeito ou mau funcionamento do equipamento, compreendendo:

5.2.1. diagnóstico técnico do problema;

5.2.2. correção ou reparo do defeito identificado;

5.2.3. substituição de peças e componentes, quando necessário, conforme previsto contratualmente;

5.2.4. testes de funcionamento após o reparo;

5.3. Todos os serviços deverão ser executados por técnicos qualificados, utilizando ferramentas apropriadas, observando normas técnicas aplicáveis (ABNT, fabricantes e boas práticas de manutenção);

5.4. Cronograma de realização dos serviços:

5.4.1. 1ª manutenção preventiva: a ser realizada no mês de maio/2026;

5.4.2. 2ª manutenção preventiva: a ser realizada no mês de dezembro/2026;

5.4.3. manutenções corretivas: sob demanda, mediante solicitação formal da CONTRATANTE;

5.5. As etapas serão executadas conforme programação definida pela CONTRATANTE, sem prejuízo do funcionamento das atividades assistenciais;

Local e horário da prestação dos serviços

5.6. Os serviços serão prestados nas dependências da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMESP, incluindo todos os setores e dependências onde houver aparelhos de ar-condicionado instalados;

5.7. Os serviços serão prestados, preferencialmente, em dias úteis, no horário das 08h às 17h, podendo, excepcionalmente, ocorrer em outros horários mediante prévia autorização da CONTRATANTE, de modo a não prejudicar as atividades administrativas e assistenciais;

Rotinas a serem cumpridas

5.8. A execução contratual observará as rotinas abaixo descritas:

5.8.1. Atendimento às ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE, com registro formal das atividades executadas;

5.8.2. Elaboração de relatório técnico após cada manutenção preventiva ou corretiva, contendo identificação do equipamento, serviço realizado, peças substituídas (quando houver) e data da execução;

Materiais a serem disponibilizados

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, incluindo, no mínimo:

5.9.1. ferramentas manuais e elétricas específicas para manutenção de ar-condicionado;

5.9.2. equipamentos de medição elétrica, pressão e temperatura;

5.9.3. materiais de limpeza, higienização e lubrificação adequados aos equipamentos, bem como peças e componentes necessários às manutenções corretivas, conforme previsto contratualmente;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.10. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.10.1. existência de diversos aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e piso teto, com capacidades e marcas variadas, conforme Estudo Técnico

Preliminar;

5.10.2. necessidade de realização de 02 (duas) manutenções preventivas por equipamento, ao longo de 12 meses;

5.10.3. necessidade de atendimento corretivo sob demanda, durante toda a vigência contratual;

5.10.4. considera-se relevante para o dimensionamento da proposta que os equipamentos de ar-condicionado apresentam diferentes estados de conservação, tempo de uso e histórico de manutenção, razão pela qual será exigida a realização de diagnóstico técnico inicial, conforme previsto no item 5.1 deste Termo de Referência;

Especificação da garantia do serviço

5.11. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto

estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção, por meio de verificação direta pela fiscalização do contrato, com base na conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, prazos, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, ETP e no contrato;

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha executado os serviços de manutenção preventiva ou corretiva conforme o escopo, periodicidade ou cronograma estabelecidos;

7.1.1.2. tenha executado os serviços com qualidade inferior à exigida, em desacordo com as normas técnicas aplicáveis, manuais dos fabricantes ou boas práticas de manutenção de sistemas de climatização;

7.1.1.3. tenha deixado de empregar materiais, peças, insumos, equipamentos ou recursos humanos adequados e compatíveis com os serviços contratado;

7.1.1.4. Tenha utilizado peças ou materiais não originais, reconicionados ou de qualidade inferior, quando exigido o uso de peças novas e compatíveis;

7.1.1.5. tenha deixado de atender aos prazos máximos de atendimento definidos para manutenções preventivas ou corretivas;

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. execução integral dos serviços previstos na ordem de serviço, conforme escopo contratado;

7.2.2. conformidade técnica dos serviços executados com as normas da ABNT, recomendações dos fabricantes e boas práticas de manutenção de sistemas de ar-condicionado;

7.2.3. cumprimento dos prazos estabelecidos para atendimento e conclusão dos serviços;

7.2.4. apresentação de relatório técnico detalhado, contendo descrição dos serviços executados, peças substituídas, materiais utilizados e condições finais do equipamento;

7.2.5. aprovação formal da execução pela fiscalização do contrato;

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global estimado, com execução de serviços contínuos sob demanda, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência, considerando a impossibilidade de definição prévia exata dos serviços a serem executados e a necessidade de diagnóstico técnico inicial.

8.3. O valor mensal contratado remunerará de forma integrada:

8.3.1. a) a disponibilidade contínua da equipe técnica especializada durante toda a vigência contratual;

8.3.2. b) a execução de manutenções preventivas programadas, conforme periodicidade definida neste Termo de Referência;

8.3.3. c) o atendimento às manutenções corretivas eventualmente demandadas pela CONTRATANTE, dentro dos prazos e níveis de serviço estabelecidos;

8.3.4. d) a elaboração de diagnóstico técnico inicial, relatórios de manutenção e registros das intervenções realizadas.

8.4. O pagamento não estará vinculado à quantidade mínima de chamados ou intervenções realizadas no período, sendo devido mensalmente desde que o CONTRATADO mantenha as condições contratuais, cumpra as manutenções preventivas previstas, assegure a disponibilidade técnica e atenda às demandas corretivas quando acionado.

8.5. A ausência de solicitações corretivas em determinado mês não afasta o direito ao pagamento mensal, desde que não haja descumprimento das obrigações contratuais.

8.6. O redimensionamento de valores, por meio de glosa parcial ou total, somente ocorrerá nas hipóteses de inadimplemento contratual, tais como:

8.6.1. I – não execução das manutenções preventivas previstas;

8.6.2. II – descumprimento dos prazos de atendimento corretivo;

8.6.3. III – falhas na qualidade dos serviços prestados;

8.6.4. IV – ausência de equipe, materiais ou relatórios exigidos.

8.7. O modelo adotado considera a impossibilidade de definição prévia exata das intervenções corretivas, a necessidade de diagnóstico técnico inicial e a conveniência administrativa de garantir continuidade, previsibilidade orçamentária e eficiência operacional, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

Exigências de habilitação

8.8. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.11. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.16. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.19. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.20. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.24. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.25. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- Qualificação Econômico-Financeira**
- 8.26. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;
- 8.27. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;
- Qualificação Técnica**
- 8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;
- 8.28.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 8.29. Atestado de registro ou inscrição da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), em plena validade.;
- 8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;
- 8.30. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
- 8.30.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):
- 8.30.1.1. Prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e piso teto, incluindo unidades evaporadoras e condensadoras;
- 8.30.1.2. Execução dos serviços com fornecimento de mão de obra técnica especializada e utilização de equipamentos e ferramentas adequadas;
- 8.30.1.3. Atendimento a quantitativo mínimo compatível com o objeto licitado, considerando-se a natureza continuada dos serviços;
- 8.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;
- 8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;
- 8.30.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;
- 8.31. Prova de atendimento às exigências de segurança e saúde no trabalho, quando aplicável, incluindo o cumprimento das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à execução de serviços técnicos em instalações prediais e equipamentos elétricos e mecânicos;
- Outras comprovações**
- 8.32. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:
- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;
- 8.33. Tratando-se de consórcio:
- 8.33.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;
- 8.33.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;
- 8.33.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a

certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.33.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.34. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.34.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.34.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.34.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.34.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.34.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 20.272,08 (vinte mil duzentos e setenta e dois reais e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em Anexo. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023;

9.2. A execução dos serviços dar-se-á conforme a demanda da CONTRATANTE, mediante emissão de Ordem de Serviço, observados os quantitativos máximos estimados de manutenções preventivas e corretivas em aparelhos de ar-condicionado, no período de 12 (doze) meses, não havendo garantia de quantitativo mínimo de solicitações, ficando a CONTRATANTE adstrita apenas ao pagamento dos serviços efetivamente executados e devidamente atestados;

9.3. O quantitativo total estimado para a vigência contratual de 12 (doze) meses compreende a realização de até 02 (duas) manutenções preventivas (por aparelho) e 01 (uma) manutenções corretivas (por aparelho) em aparelhos de ar-condicionado do tipo Split e piso teto, incluindo unidades evaporadoras e condensadoras, sem alocação prévia por equipamento, ambiente ou unidade administrativa, conforme tabela em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado;

10.2. No presente exercício, a contratação fica condicionada a existência de dotação indicada pela UOPM, através da Diretoria de Finanças da Polícia Militar prevista na LOA 2026;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo. Na data da assinatura digital

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO MONTEIRO BUSTAMANTE SA LEAL

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/03/2026 às 16:15:48.

ESP-CENTRO MEDICO

Estudo Técnico Preliminar 5/2026

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. A **Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo** identificou a necessidade de **contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar-condicionado** instalados em suas dependências, considerando a existência de **24 (vinte e quatro) equipamentos do tipo split e piso teto**, bem como suas respectivas unidades condensadoras.

2.2. A infraestrutura atual de climatização apresenta **limitações operacionais relevantes**, decorrentes do uso contínuo dos equipamentos, da ausência de contrato vigente de manutenção sistemática e da ocorrência de falhas técnicas recorrentes, tais como:

- perda de eficiência de refrigeração;
- falhas mecânicas, elétricas e eletrônicas;
- vazamentos de fluido refrigerante;
- aumento do consumo de energia elétrica;
- paralisação parcial ou total de ambientes;
- comprometimento do conforto térmico e das condições ambientais.

2.3. A Diretoria de Saúde não dispõe de **equipe técnica própria especializada, ferramentas adequadas ou capacidade operacional suficiente** para realizar diagnósticos técnicos individualizados, manutenções corretivas especializadas e fornecimento de peças de reposição, especialmente diante da diversidade de modelos, capacidades e estados de conservação dos equipamentos existentes.

2.4. Diante desse cenário, faz-se necessária a **contratação de empresa especializada** para a prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado tipo split e piso teto**, incluindo fornecimento de **mão de obra técnica qualificada, materiais, ferramentas, peças e insumos**, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme demanda da Administração.

2.5. A contratação tem por finalidade:

- assegurar o funcionamento contínuo e eficiente dos equipamentos de climatização;
- preservar a vida útil dos aparelhos e evitar sua depreciação prematura;
- reduzir ocorrências de falhas emergenciais;
- garantir condições adequadas de conforto térmico para usuários, servidores e profissionais de saúde;
- manter ambientes compatíveis com as exigências técnicas e operacionais das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Saúde;
- permitir planejamento, controle e rastreabilidade dos serviços executados.

2.6. A solução proposta está alinhada aos princípios da **eficiência, economicidade, continuidade do serviço público, segurança operacional e preservação do patrimônio público**, sendo indispensável para o adequado funcionamento das atividades administrativas e assistenciais sob responsabilidade da Diretoria de Saúde da PMESP.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Ch Seç Adm	1º Ten Thiago
Enc Seç Log	2º Sgt Thiago Leal

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Disposições Gerais

Em observância ao Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, seguem definidos os **requisitos indispensáveis, padrões mínimos de qualidade e critérios de sustentabilidade** para a **contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, do tipo split e piso teto**, incluindo unidades evaporadoras e condensadoras, instalados nas dependências da **Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo**, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.2. Requisitos Indispensáveis

4.2.1. Capacitação Técnica e Profissional

A CONTRATADA deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência prévia na prestação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização**, compatíveis com o objeto da contratação.

O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar, no mínimo:

- execução de serviços de manutenção em aparelhos de ar-condicionado do tipo split e piso teto;
- atendimento a parque de equipamentos de porte e complexidade compatíveis com os da Diretoria de Saúde;
- realização de diagnósticos técnicos, manutenção corretiva, preventiva e substituição de componentes.

4.2.2. Estrutura Operacional e Tecnológica

A CONTRATADA deverá dispor de **estrutura operacional própria e independente**, adequada à execução contínua dos serviços.

4.2.2.1. Infraestrutura Técnica

A CONTRATADA deverá possuir:

- oficina ou base técnica para suporte às atividades;
- equipamentos, ferramentas e instrumentos apropriados para manutenção de sistemas de climatização;
- veículos para deslocamento das equipes técnicas;
- estoque mínimo de peças e insumos de reposição ou logística eficiente para fornecimento.

4.2.2.2. Equipamentos e Ferramentas

A CONTRATADA deverá utilizar, no mínimo:

- bombas de vácuo;
- manifold para gases refrigerantes;
- detectores de vazamento;
- multímetros e instrumentos de medição elétrica;
- ferramentas específicas para sistemas split e piso teto;
- EPIs obrigatórios conforme normas de segurança.

4.2.3. Infraestrutura Administrativa e Operacional

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe mínima compatível com a demanda, incluindo:

- técnicos especializados em refrigeração e climatização;
- supervisor técnico responsável pelo acompanhamento e qualidade dos serviços;
- responsável técnico para interlocução com a fiscalização da Diretoria de Saúde;
- contingência operacional mínima para atendimento simultâneo de chamados.

4.2.4. Escopo dos Serviços de Manutenção

A CONTRATADA deverá executar, conforme demanda da Administração:

- manutenção preventiva periódica;
- manutenção corretiva sob demanda;
- diagnóstico técnico individualizado por equipamento;
- limpeza completa de evaporadoras e condensadoras;
- verificação elétrica, mecânica e eletrônica;
- recarga ou complementação de fluido refrigerante;
- substituição de peças defeituosas, quando necessário;
- testes operacionais e emissão de relatório técnico.

4.2.5. Controle, Registro e Rastreabilidade

A CONTRATADA deverá manter registros detalhados dos serviços executados, contendo:

- identificação do equipamento;
- descrição do serviço realizado;
- diagnóstico técnico;
- peças substituídas;
- data, hora e responsável técnico;
- recomendações preventivas.

Os registros deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE para fins de fiscalização e controle patrimonial.

4.3. Equipe Técnica de Coordenação

A CONTRATADA deverá disponibilizar:

- supervisor técnico com experiência comprovada em manutenção de climatização;
- responsável técnico habilitado, quando exigido pela legislação vigente;
- equipe capacitada para atendimento emergencial e programado.

4.4. Atendimento e Capacidade Operacional

4.4.1. Quantidade de Equipamentos

Os serviços abrangerão aproximadamente:

- **24 (vinte e quatro) aparelhos de ar-condicionado tipo split e piso teto**, incluindo suas respectivas condensadoras.

4.4.2. Prazo de Atendimento

A CONTRATADA deverá atender chamados conforme prazos definidos no contrato, incluindo:

- atendimentos preventivos programados;
- atendimentos corretivos sob demanda;
- prioridade para ambientes críticos.

4.5. Padrões Mínimos de Qualidade

4.5.1. Conformidade Normativa

A execução dos serviços deverá observar:

- normas da ABNT aplicáveis a sistemas de climatização;
- NR-10 (Segurança em Instalações Elétricas);
- NR-35 (Trabalho em Altura), quando aplicável;
- boas práticas de manutenção predial;
- normas ambientais relativas ao manuseio de fluidos refrigerantes.

4.5.2. Indicadores de Qualidade

A CONTRATADA deverá assegurar:

- execução adequada dos serviços;
- redução de reincidência de falhas;
- funcionamento pleno dos equipamentos após manutenção;
- cumprimento dos prazos acordados.

4.6. Relatórios e Monitoramento

A CONTRATADA deverá apresentar relatórios periódicos contendo, no mínimo:

- serviços realizados no período;
- equipamentos atendidos;
- tipo de manutenção (preventiva/corretiva);
- peças substituídas;
- ocorrências e recomendações técnicas.

4.7. Critérios Técnicos

A CONTRATADA deverá comprovar:

- regularidade jurídica e fiscal;
- capacidade técnica compatível com o objeto;
- estrutura operacional própria;
- atendimento integral aos requisitos técnicos deste documento.

4.8. Critérios para Seleção da Proposta Mais Vantajosa

4.8.1. Menor Preço Global

Será vencedora a proposta que:

- atenda integralmente às exigências técnicas;
- apresente o **menor preço global** para execução dos serviços pelo período de **12 (doze) meses**.

4.9. Práticas de Sustentabilidade

A CONTRATADA deverá adotar práticas que promovam:

- descarte ambientalmente adequado de resíduos;
- uso racional de insumos;
- reaproveitamento de componentes quando tecnicamente possível;
- redução de consumo energético dos equipamentos mantidos.

4.10. Tratamento de Ocorrências Operacionais

Falhas reiteradas, serviços inadequados ou descumprimento contratual poderão ensejar:

- aplicação de penalidades;
- glosas;
- rescisão contratual, conforme legislação vigente.

4.11. Justificativa de Governança e Gestão do Patrimônio

A contratação centralizada garante:

- controle técnico e patrimonial dos equipamentos;
- rastreabilidade dos serviços executados;
- padronização das manutenções;
- segurança jurídica e operacional.

4.12. Responsabilidade pelos Custos

Todos os custos relativos à execução dos serviços deverão estar **integralmente incluídos no valor global da proposta**, abrangendo:

- mão de obra;
- ferramentas;
- insumos;
- peças;
- deslocamento;
- tributos e encargos.

Não será admitido pagamento adicional.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Metodologia Adotada

Para a realização do levantamento de mercado referente à **contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado**, do tipo **split e piso teto**, incluindo unidades evaporadoras e condensadoras, instalados nas dependências da **Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo**, foi adotada metodologia baseada em **fontes oficiais de contratações públicas**, conforme orientações da Lei nº 14.133/2021.

O levantamento foi realizado por meio de:

- **pesquisa de preços e especificações técnicas na plataforma ComprasNet/ComprasGov;**
- **consulta a editais, termos de referência e contratos administrativos publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);**
- análise comparativa de contratações similares firmadas por órgãos e entidades da Administração Pública.

Tal metodologia encontra respaldo nos princípios da **economicidade**, da **eficiência administrativa**, da **vantajosidade**, da **planejamento da contratação** e da **transparência**, sendo prática consolidada na Administração Pública para subsidiar a estimativa de preços, a análise de viabilidade e a definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade institucional.

5.2. Etapas Realizadas no Levantamento

5.2.1. Pesquisa de Preços no ComprasGov

Foi realizada pesquisa de preços e análise das especificações técnicas de contratações de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização**, registradas em processos licitatórios de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, devidamente disponibilizados na plataforma ComprasGov e contratações similares, conforme DECRETO N° 67.888, DE 17 DE AGOSTO DE 2023.

As contratações analisadas contemplam, de forma recorrente:

- manutenção preventiva periódica;
- manutenção corretiva sob demanda;
- fornecimento de mão de obra especializada;
- atendimento por ordem de serviço;
- fornecimento de materiais, insumos e peças;
- elaboração de relatórios técnicos de manutenção.

Os dados levantados evidenciam que, diante da diversidade de equipamentos e da necessidade de diagnóstico técnico prévio, é prática comum da Administração Pública a contratação por **preço global estimado**, **lote único** ou **regime de demanda**, especialmente em contratos com vigência continuada.

5.2.2. Consulta a Editais Publicados no PNCP

Complementarmente à pesquisa realizada no ComprasGov, procedeu-se à **consulta a editais e termos de referência publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, referentes à contratação de serviços de manutenção de ar-condicionado por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

A análise desses editais permitiu:

- identificar **modelos contratuais adotados** para manutenção preventiva e corretiva;
- verificar **descrições técnicas compatíveis** com equipamentos do tipo split e piso teto;
- observar **faixas de preços praticadas** no mercado público;
- confirmar a adoção de contratos com **escopo aberto**, prevendo manutenção conforme diagnóstico técnico.

Os editais consultados demonstram convergência quanto à adoção de **contratação contínua**, com atendimento preventivo periódico e corretivo sob demanda, como forma de garantir a continuidade dos serviços e a preservação dos equipamentos.

5.2.3. Análise de Contratações Similares

Foram analisadas contratações similares realizadas por unidades administrativas com grande circulação de pessoas.

As contratações analisadas evidenciam que a manutenção regular de sistemas de climatização é considerada **atividade essencial** para assegurar condições adequadas de trabalho, atendimento ao público e conformidade com normas sanitárias e de saúde ocupacional.

5.3. Resultados Obtidos

5.3.1. Estudo de Contratações Similares

As informações levantadas por meio do **ComprasGov** e do **PNCP** indicam que os serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado são amplamente contratados por órgãos públicos, visando:

- preservação da vida útil dos equipamentos;
- redução de falhas e paradas não programadas;
- manutenção do conforto térmico em ambientes administrativos e assistenciais;
- atendimento às normas técnicas e sanitárias.

Os contratos analisados apresentam escopo técnico compatível com a necessidade da Diretoria de Saúde da PMESP, incluindo manutenção de unidades evaporadoras e condensadoras.

5.3.2. Flexibilidade e Competitividade do Mercado

A análise conjunta das informações obtidas no **ComprasGov** e nos **editais publicados no PNCP** revelou a existência de **ampla oferta de fornecedores especializados**, aptos a executar os serviços de manutenção de sistemas de climatização.

Não foram identificadas exigências técnicas ou operacionais que restrinjam a competitividade, sendo possível a realização de certame com ampla participação e disputa efetiva.

5.3.3. Preços Praticados no Mercado

A pesquisa realizada demonstrou que os preços praticados no mercado público variam conforme:

- número e capacidade dos equipamentos;
- periodicidade da manutenção preventiva;
- complexidade da manutenção corretiva;
- fornecimento ou não de peças;
- regime de atendimento adotado.

As informações coletadas permitem a elaboração de **estimativa de preço global**, compatível com os valores praticados no mercado e adequada para subsidiar o processo licitatório, mesmo diante da impossibilidade de detalhamento prévio de todos os serviços a serem executados.

5.3.4. Ampla Competitividade

Com base nos dados levantados, conclui-se que o mercado dispõe de **ampla oferta de empresas especializadas em serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização**, incluindo aparelhos de ar-condicionado do tipo split e piso teto, com atuação em órgãos públicos e privados, aptas a atender plenamente às exigências técnicas, operacionais, legais e financeiras do presente objeto.

As consultas realizadas em plataformas oficiais de contratações públicas, bem como a análise de editais publicados no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, evidenciam a existência de número suficiente de fornecedores qualificados, o que assegura a competitividade do certame.

5.5. Das Possíveis Soluções Existentes no Mercado

Considerando a necessidade de manutenção dos sistemas de climatização instalados nas dependências da **Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP)**, foram identificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

5.5.1. Solução 1 – Contratação apenas de mão de obra técnica

5.5.2. Solução 2 – Modelo híbrido (mão de obra + fornecimento eventual de materiais/peças)

5.5.3. Solução 3 – Contratação de serviço completo de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado

5.6. Das Possíveis Formas de Contratação

5.6.1. Forma 1 – Realização de licitação própria

5.6.2. Forma 2 – Adesão à Ata de Registro de Preços existente

5.7. Da Análise das Soluções

5.7.1. Solução 1 – Contratação apenas de mão de obra técnica

Prós:

- menor custo direto de contratação;
- maior controle direto sobre a execução dos serviços.

Contras:

- necessidade de aquisição separada de materiais, insumos e peças;
- maior carga administrativa e operacional;
- risco de descontinuidade do serviço;
- dificuldade de responsabilização técnica integral;
- menor eficiência na gestão das manutenções.

5.7.2. Solução 2 – Modelo híbrido

Prós:

- possibilidade de flexibilização de custos;
- aproveitamento parcial de recursos internos.

Contras:

- complexidade na gestão contratual;
- responsabilidades compartilhadas entre contratante e contratada;
- maior risco de conflitos operacionais;
- dificuldade de padronização dos serviços.

5.7.3. Solução 3 – Serviço completo de manutenção de ar-condicionado

Prós:

- fornecimento integral de mão de obra, materiais, insumos e peças;
- manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade única da CONTRATADA;
- maior eficiência operacional;
- redução de riscos técnicos e administrativos;
- padronização dos procedimentos e relatórios técnicos;
- previsibilidade orçamentária;
- continuidade do serviço ao longo da vigência contratual.

Contras:

- custo global superior ao modelo de contratação isolada de mão de obra;
- necessidade de fiscalização contratual contínua.

5.8. Conclusão

5.8.1. Conforme consultas realizadas no ComprasGov e análise de editais similares publicados no PNCP, não foram identificadas Atas de Registro de Preços vigentes que atendam integralmente às necessidades específicas da Diretoria de Saúde da PMESP para a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado existentes.

5.8.2. Diante do exposto, considerando a quantidade de equipamentos, a necessidade de diagnósticos técnicos individualizados, a importância da continuidade dos serviços e a eficiência administrativa, conclui-se que a solução mais adequada é a Solução 3 – contratação de serviço completo de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado, por meio de licitação própria, nos termos da Forma 1.

5.9. Conclusões do Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado realizado, com base em **pesquisa de preços no ComprasGov e consulta a editais publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, demonstrou que os serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado são amplamente ofertados, com número suficiente de empresas qualificadas, preços compatíveis com o mercado e escopo técnico consolidado.

Não foram identificados requisitos restritivos que comprometam a competitividade do certame, sendo plenamente possível a realização de contratação vantajosa, em conformidade com os princípios da **economicidade, eficiência, isonomia e vantajosidade**, previstos na Constituição Federal, na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

5.9. Conclusões do Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado realizado, com base em **pesquisa no ComprasGov e consulta a editais publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, demonstrou que os serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado são amplamente ofertados, com número suficiente de fornecedores qualificados, preços compatíveis e modelos contratuais consolidados.

Não foram identificados requisitos restritivos que comprometam a competitividade do certame, sendo plenamente possível a realização de contratação vantajosa, observando-se os princípios da **economicidade, eficiência, isonomia, planejamento e vantajosidade**, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Descrição da Solução Proposta

A **Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP)**, por meio da **Diretoria de Saúde**, diante da necessidade de garantir condições adequadas de conforto térmico, segurança sanitária e funcionamento contínuo dos ambientes administrativos e assistenciais, propõe a **contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar-condicionado**, do tipo **split e piso teto**, incluindo unidades evaporadoras e condensadoras, instaladas em suas dependências.

A solução contempla a execução de **manutenções preventivas periódicas**, bem como **manutenções corretivas sob demanda**, com fornecimento de **mão de obra especializada, materiais, insumos e peças**, sempre que necessário, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos ao longo da vigência contratual.

O contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, com atendimento a aproximadamente **24 (vinte e quatro) aparelhos de ar-condicionado tipo split e piso teto**, além de suas respectivas condensadoras, podendo abranger intervenções técnicas conforme diagnóstico específico de cada equipamento.

6.2. Componentes da Solução

A solução proposta é composta pelos seguintes elementos estruturantes:

6.2.1. Serviços de Manutenção Preventiva

A CONTRATADA deverá executar manutenções preventivas periódicas, com o objetivo de preservar o desempenho, prolongar a vida útil dos equipamentos e reduzir falhas operacionais, incluindo, no mínimo:

- limpeza de filtros, serpentinas e bandejas de drenagem;
- verificação e reaperto de conexões elétricas;

- inspeção de ventiladores, motores e rolamentos;
- verificação de vazamentos;
- medição de pressões e temperaturas;
- testes de funcionamento geral;
- emissão de relatório técnico após cada manutenção.

A periodicidade mínima das manutenções preventivas será definida no Termo de Referência, podendo ser ajustada conforme recomendações técnicas do fabricante e condições de uso dos equipamentos.

6.2.2. Serviços de Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva compreenderá o atendimento técnico sob demanda para diagnóstico, correção de falhas e restabelecimento do funcionamento dos equipamentos, incluindo:

- identificação da causa do defeito;
- desmontagem, reparo ou substituição de componentes;
- ajustes técnicos necessários;
- testes operacionais após o reparo;
- fornecimento e instalação de peças, quando aplicável.

Os serviços corretivos serão executados mediante **ordem de serviço**, precedidos de diagnóstico técnico e autorização da fiscalização contratual.

6.2.3. Mão de Obra Especializada

A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais qualificados e legalmente habilitados, com experiência comprovada em manutenção de sistemas de climatização do tipo split e piso teto, sendo integralmente responsável por:

- gestão da equipe técnica;
- substituições e contingências;
- fornecimento de ferramentas e equipamentos necessários;
- observância das normas técnicas e de segurança do trabalho.

6.2.4. Materiais, Insumos e Peças

A solução contempla o fornecimento, quando necessário, de:

- materiais de consumo;
- insumos;
- componentes e peças compatíveis com os equipamentos existentes.

Todos os itens deverão ser novos, originais ou compatíveis, atendendo às especificações técnicas dos fabricantes.

6.2.5. Relatórios Técnicos e Monitoramento

Após cada intervenção preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá apresentar **relatório técnico**, contendo, no mínimo:

- identificação do equipamento;
- descrição dos serviços executados;
- peças substituídas;
- diagnóstico técnico;
- recomendações futuras;

- data e responsável técnico.

Os relatórios subsidiarão a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual.

6.3. Exigências Relacionadas à Manutenção e Suporte Técnico

6.3.1. Responsabilidade Integral da Contratada

Toda a execução dos serviços, incluindo mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais, insumos e peças, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer custo adicional além do valor contratado.

6.4. Justificativa Técnica da Solução

6.4.1. Continuidade Operacional

A contratação contínua assegura a disponibilidade permanente dos sistemas de climatização, essenciais para o funcionamento de ambientes administrativos e de saúde.

6.4.2. Redução de Riscos Operacionais

A manutenção preventiva reduz falhas inesperadas, paradas prolongadas e riscos à saúde ocupacional, especialmente em ambientes com circulação de público.

6.4.3. Padronização Técnica

A contratação centralizada permite padronização dos procedimentos de manutenção, relatórios e critérios técnicos, facilitando a fiscalização.

6.5. Justificativa Econômica da Solução

6.5.1. Otimização de Custos

A manutenção contínua reduz custos com reparos emergenciais, substituição precoce de equipamentos e interrupções de atividades essenciais.

6.5.2. Previsibilidade Orçamentária

A contratação por preço global estimado permite melhor planejamento financeiro e controle orçamentário ao longo da vigência contratual.

6.6. Obrigações da Contratada

A CONTRATADA deverá:

- executar os serviços conforme normas técnicas aplicáveis;
- garantir a qualidade e segurança dos serviços;
- cumprir prazos de atendimento;
- fornecer relatórios técnicos;
- substituir peças defeituosas;
- submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE;
- corrigir falhas identificadas.

6.7. Embasamento para o Não Parcelamento

6.7.1. Fundamentação Técnica

O parcelamento do objeto comprometeria:

- a padronização dos serviços;
- a responsabilização técnica;
- a eficiência da manutenção integrada.

6.7.2. Fundamentação Econômica

A contratação unificada:

- reduz custos administrativos;
- assegura economia de escala;
- diminui riscos contratuais.

6.8. Conclusão da Solução

A contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado do tipo split e piso teto apresenta-se como solução **tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e operacionalmente segura**, garantindo a preservação dos equipamentos, o conforto térmico dos ambientes e a continuidade das atividades da **Diretoria de Saúde da PMESP**, em conformidade com a legislação vigente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apresenta-se a estimativa das quantidades e do escopo a serem contratados para a **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado**, devidamente fundamentada em levantamento físico dos equipamentos existentes, histórico de falhas, condições de uso, necessidade de continuidade do serviço e informações obtidas por meio de **pesquisa de preços no módulo ComprasGov e consulta a editais publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**.

A estimativa considera a quantidade atual de equipamentos instalados nas dependências da **Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP)**, incluindo aparelhos do tipo split e piso teto e respectivas condensadoras, bem como a necessidade de manutenção periódica e atendimento corretivo sob demanda ao longo da vigência contratual.

7.2. Fatos Concretos que Respaldam a Estimativa

7.2.1. Levantamento do Parque de Equipamentos Existente

A Diretoria de Saúde da PMESP possui atualmente **24 (vinte e quatro) aparelhos de ar-condicionado do tipo split e piso teto**, além de suas respectivas unidades condensadoras, instalados em ambientes administrativos e assistenciais, cuja climatização adequada é essencial para o conforto térmico, a preservação de equipamentos e a continuidade das atividades de saúde.

Os equipamentos apresentam diferentes tempos de uso, marcas, capacidades e condições operacionais, o que demanda **manutenções preventivas periódicas e intervenções corretivas conforme diagnóstico técnico individualizado**.

7.2.2. Necessidade de Manutenção Preventiva e Corretiva Contínua

Verifica-se a ocorrência recorrente de:

- falhas operacionais;
- redução de eficiência térmica;
- acúmulo de sujeira e contaminação;
- vazamentos de fluido refrigerante;
- problemas elétricos e mecânicos;
- paradas não programadas.

A ausência de contrato contínuo de manutenção aumenta o risco de indisponibilidade dos equipamentos, elevação de custos emergenciais e prejuízos às condições ambientais dos espaços utilizados pela Diretoria de Saúde.

7.2.3. Escopo e Capacidade do Serviço Proposto

A solução proposta contempla:

- manutenções preventivas periódicas, em periodicidade mínima semestral ou conforme recomendação técnica;
- manutenções corretivas sob demanda, mediante abertura de chamado;

- diagnóstico técnico individualizado por equipamento;
- fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, insumos e peças necessárias;
- atendimento técnico dentro dos prazos definidos em SLA.

A estimativa foi estruturada de forma a garantir **cobertura integral do parque de equipamentos durante toda a vigência contratual de 12 (doze) meses**, assegurando a continuidade do serviço.

7.2.4. Consulta ao ComprasGov e ao PNCP

O levantamento de mercado realizado por meio do **ComprasGov** e a análise de **editais similares publicados no PNCP** identificaram contratações públicas para serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado, abrangendo:

- contratos por lote único;
- modelos com fornecimento de peças e mão de obra inclusos;
- vigência anual;
- preços estimados por conjunto de equipamentos ou por contrato global.

Os valores praticados variam conforme:

- quantidade de equipamentos;
- complexidade técnica;
- nível de cobertura contratual;
- inclusão ou não de peças e materiais.

Essas referências permitiram balizar a estimativa de forma compatível com o mercado público.

7.3. Justificativa Técnica e Econômica da Estimativa

7.3.1. Proporcionalidade e Aderência à Realidade Operacional

A estimativa foi dimensionada de forma proporcional:

- à quantidade real de equipamentos existentes;
- à necessidade de manutenção contínua;
- à criticidade dos ambientes climatizados;
- à imprevisibilidade das manutenções corretivas.

O modelo adotado permite atendimento técnico conforme a demanda real, sem a necessidade de estimativas artificiais por tipo específico de serviço.

7.3.2. Compatibilidade dos Custos com o Mercado

Os valores levantados nas plataformas oficiais demonstram que a contratação por **serviço completo de manutenção**, com fornecimento de mão de obra e peças, apresenta melhor relação custo-benefício, evitando contratações fragmentadas e custos emergenciais não planejados.

Tal abordagem atende aos princípios da:

- economicidade;
- eficiência administrativa;
- previsibilidade orçamentária;
- vantajosidade da contratação.

7.3.3. Economia de Escala e Continuidade do Serviço

A contratação global por lote único possibilita:

- economia de escala;
- padronização dos procedimentos técnicos;
- responsabilização integral da CONTRATADA;
- redução de riscos operacionais;
- continuidade da climatização dos ambientes.

Esse modelo elimina a necessidade de múltiplas contratações pontuais ao longo do exercício.

7.3.4. Impacto Positivo na Gestão Administrativa e Assistencial

A manutenção adequada dos sistemas de climatização contribui diretamente para:

- melhoria das condições ambientais de trabalho;
- conforto térmico de usuários e servidores;
- preservação de equipamentos médicos e administrativos;
- redução de falhas e interrupções de atividades essenciais;
- aumento da vida útil dos aparelhos.

7.4. Conclusão da Estimativa

Diante dos dados analisados, conclui-se que a estimativa para contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado**, abrangendo 24 equipamentos do tipo split e piso e respectivas condensadoras, com vigência de 12 (doze) meses, é **tecnicamente adequada, economicamente viável e operacionalmente eficiente**, atendendo plenamente às necessidades da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas da Administração Pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 20.272,08

8.1. Fundamentação da Estimativa de Valor

Em observância ao disposto no Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apresenta-se a estimativa do valor total da contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado**, com fornecimento de mão de obra, materiais e peças, quando necessárias, para atendimento das demandas da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

A estimativa foi elaborada com base em **levantamento de mercado realizado na plataforma ComprasGov**, bem como na **análise de editais e contratos similares publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, visando assegurar a compatibilidade dos valores com os preços praticados no mercado público, em observância aos princípios da economicidade, eficiência administrativa e vantajosidade da contratação.

8.2. Valor Referencial de Mercado

Com base nas pesquisas realizadas, foram identificadas contratações públicas similares envolvendo:

- manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado tipo split e piso teto;
- contratação por lote único;
- inclusão de mão de obra especializada e fornecimento de peças;
- vigência contratual anual.

Os valores praticados no mercado público apresentam variação conforme a quantidade de equipamentos, complexidade técnica e abrangência dos serviços, situando-se, de forma geral, na seguinte faixa:

Valor anual estimado por equipamento (duas manutenções preventivas e uma corretiva):
Faixa de mercado: **R\$ 759,91 a R\$ 996,66 por equipamento/ano**

Para fins de estimativa orçamentária conservadora e compatível com contratos similares, foi adotado o **valor mediano referencial**, contemplando:

- manutenções preventivas periódicas;
- atendimentos corretivos sob demanda;
- diagnóstico técnico;
- mão de obra especializada;
- fornecimento de peças e materiais usuais.

8.3. Quantidade Estimada de Equipamentos

Considerando o levantamento físico realizado, a Diretoria de Saúde da PMESP possui:

24 (vinte e quatro) aparelhos de ar-condicionado do tipo split e piso teto, com suas respectivas unidades condensadoras, distribuídos em ambientes administrativos.

A estimativa considera a cobertura integral de todos os equipamentos durante a vigência contratual de **12 (doze) meses**.

8.4. Valor Total Estimado da Contratação

Com base no valor unitário anual estimado por equipamento e na quantidade existente, o valor global estimado da contratação é demonstrado a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD APARELHOS	QTD MANUTENÇÕES	VALOR TOTAL ESTIMADO
LOTE	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS	9	2	R\$ 4.281,84
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA) DE AR CONDICIONADO, DE 9.000 BTUS	9	1	R\$ 2.557,35
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	7	2	R\$ 4.062,38
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA) DE AR CONDICIONADO (MARCA DIVERSAS), DE 12.000 BTUS	7	1	R\$ 2.031,19
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 29.000 BTUS	6	2	R\$ 3.564,00
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA) DE AR CONDICIONADO DE 29.000 BTUS	6	1	R\$ 1.782,00
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 48.000 BTUS	2	2	R\$ 1.328,88
	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA) DE AR CONDICIONADO DE 48.000 BTUS	2	1	R\$ 664,44
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 20.272,08

Cálculo:

- ar condicionado **9.000 btus** - valor por manutenção preventiva: R\$ 237,88 x 2 manutenções/ano = R\$ 475,76 + 1 manutenção corretiva: R\$ 284,15. Total 2 manutenções preventivas (R\$ 475,76)+1 manutenção corretiva (R\$ 284,15) = valor total de R\$ 759,91 por aparelho. Total de 9 aparelhos = total: R\$ 6.839,19;

- ar condicionado **12.000 btus** - valor por manutenção preventiva: R\$ 290,17 x 2 manutenções/ano = R\$ 580,34 + 1 manutenção corretiva: R\$ 290,17. Total 2 manutenções preventivas (R\$ 580,34)+1 manutenção corretiva (R\$ 290,17) = valor total de R\$ 870,51 por aparelho. Total de 7 aparelhos = total: R\$ 6.093,57;

- ar condicionado **29.000 btus** - valor por manutenção preventiva: R\$ 297,00 x 2 manutenções/ano = R\$ 594,00 + 1 manutenção corretiva: R\$ 297,00. Total 2 manutenções preventivas (R\$ 594,00)+1 manutenção corretiva (R\$ 297,00) = valor total de R\$ 891,00 por aparelho. Total de 6 aparelhos = total: R\$ 5.346,00;

- ar condicionado **48.000 btus** - valor por manutenção preventiva: R\$ 332,22 x 2 manutenções/ano = R\$ 664,44+ 1 manutenção corretiva: R\$ 332,22. Total 2 manutenções preventivas (R\$ 664,44)+1 manutenção corretiva (R\$ 332,22) = valor total de R\$ 996,66 por aparelho. Total de 2 aparelhos = total: R\$ 1.993,32;

Os valores são estimados por manutenção efetuada, sendo que a previsão é de realização de duas manutenções preventivas e uma corretiva, por equipamento, conforme tabela acima.

8.5. Resumo do Valor Estimado

Quantidade estimada: **24 equipamentos**

Prazo contratual: **12 meses**

Valor total estimado da contratação:

R\$ 20.272,08 (vinte mil duzentos e setenta e dois reais e oito centavos)

8.6. Justificativa Técnica e Econômica

8.6.1. Estimativa Baseada na Demanda Real

A estimativa foi construída com base:

- na quantidade efetiva de equipamentos instalados;
- na necessidade de manutenção contínua;
- no histórico de falhas e intervenções técnicas;
- na criticidade dos ambientes climatizados.

O modelo adotado evita superdimensionamento e garante aderência à realidade operacional da Diretoria de Saúde.

8.6.2. Compatibilidade com o Mercado Público

Os valores adotados encontram-se compatíveis com os preços praticados em contratações públicas similares, conforme evidenciado nas pesquisas realizadas no ComprasGov e no PNCP, não se mostrando excessivos nem restritivos à competitividade do certame.

8.6.3. Previsibilidade Orçamentária e Economia de Escala

A contratação global por lote único:

- permite previsibilidade orçamentária anual;
- evita contratações emergenciais e custos imprevisíveis;
- promove economia de escala;
- facilita a gestão e fiscalização contratual.

8.6.4. Impacto Positivo na Gestão Administrativa e Assistencial

A contratação contribui diretamente para:

- continuidade do funcionamento dos equipamentos;
- melhoria das condições ambientais de trabalho;
- conforto térmico para usuários e servidores;
- redução de falhas e paralisações;
- aumento da vida útil dos aparelhos.

8.7. Conclusão

A estimativa de valor apresentada, elaborada com base em pesquisa de mercado realizada no ComprasGov e em editais publicados no PNCP, demonstra-se **tecnicamente adequada, economicamente viável e compatível com os preços praticados no mercado público**, atendendo plenamente às necessidades da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Valor total estimado da contratação para 12 meses:

R\$ 20.272,08

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme disposto na Lei nº 14.133/21, o parcelamento do objeto licitado é a regra geral, desde que sua divisão seja técnica e economicamente viável, e não represente prejuízo à economia de escala, conforme reiterado pela Súmula nº 247 do TCU. Todavia, neste caso específico, não será adotado o parcelamento da solução, devido às características técnicas e operacionais do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Conforme disposto no Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, informa-se que não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto da presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Previsão no Plano de Contratações Anual

Em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, a presente contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado** está devidamente prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA)** da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), para o exercício correspondente, tendo sido incluída no planejamento setorial da Diretoria de Saúde.

A previsão no PCA reflete o reconhecimento prévio da Administração quanto à necessidade de manutenção contínua da infraestrutura predial essencial ao funcionamento regular das unidades de saúde da Corporação.

11.2. Justificativa da Contratação no Planejamento Anual

A inclusão do objeto no PCA decorreu da análise técnica e administrativa que identificou:

-A existência de **24 (vinte e quatro) aparelhos de ar-condicionado do tipo split e piso teto**, além de suas respectivas unidades condensadoras, distribuídos em ambientes administrativos e assistenciais;

-A criticidade do adequado funcionamento dos sistemas de climatização para garantia de conforto térmico, salubridade e condições adequadas de atendimento à saúde;

-A necessidade de contratação de **serviço continuado**, abrangendo manutenção preventiva periódica e corretiva sob demanda, com fornecimento de peças e mão de obra;

-A inexistência de contrato vigente que assegure atendimento sistemático e padronizado, o que pode comprometer a continuidade do serviço público.

Esses elementos fundamentaram a inclusão da contratação no PCA, como medida de planejamento e prevenção de riscos operacionais.

11.3. Fundamentação da Necessidade da Contratação

A contratação visa assegurar o funcionamento adequado dos equipamentos de climatização instalados nas unidades da Diretoria de Saúde da PMESP, sendo considerada essencial para:

-Manutenção das condições ambientais adequadas em consultórios, salas administrativas, áreas de atendimento ao público e demais ambientes sensíveis;

- Prevenção de falhas técnicas, paralisações e atendimentos emergenciais de maior custo;
- Preservação da vida útil dos equipamentos;
- Garantia da continuidade dos serviços assistenciais prestados aos policiais militares, ativos e inativos.

A ausência de manutenção sistemática pode acarretar prejuízos diretos à prestação do serviço público de saúde, razão pela qual a contratação se reveste de caráter estratégico.

11.4. Alinhamento com os Objetivos Estratégicos Institucionais

A contratação encontra-se alinhada às diretrizes estratégicas da PMESP, especialmente no que se refere a:

11.4.1. Qualidade da Assistência à Saúde

- Assegurar ambientes climatizados adequados para atendimento médico e administrativo;
- Reduzir riscos decorrentes de condições ambientais inadequadas;
- Promover maior conforto e segurança aos usuários e servidores.

11.4.2. Eficiência Administrativa e Operacional

- Implantar rotina estruturada de manutenção preventiva;
- Reduzir a ocorrência de manutenções corretivas emergenciais;
- Otimizar o uso dos recursos públicos por meio de contrato continuado.

11.4.3. Sustentabilidade e Gestão do Patrimônio Público

- Prolongar a vida útil dos equipamentos;
- Minimizar desperdícios e custos com substituições prematuras;
- Garantir melhor controle técnico e administrativo das intervenções realizadas.

11.5. Conformidade com o Planejamento e Impactos Orçamentários

A contratação:

- está devidamente contemplada no PCA da PMESP;
- possui previsão orçamentária compatível com o planejamento financeiro do exercício;
- não compromete a execução de outras contratações estratégicas;
- apresenta impacto positivo direto na continuidade e qualidade dos serviços prestados pela Diretoria de Saúde.

O planejamento prévio reforça a aderência da contratação aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e governança.

11.6. Conclusão

A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado da Diretoria de Saúde da PMESP encontra-se **regularmente prevista no Plano de Contratações Anual**, estando plenamente alinhada ao planejamento estratégico e operacional da Corporação.

Trata-se de contratação necessária, planejada e vantajosa para a Administração, pois:

- assegura a continuidade dos serviços essenciais de saúde;
- preserva a infraestrutura predial e os bens públicos;
- promove eficiência operacional e controle de custos;

atende aos princípios da boa governança pública.

Dessa forma, o objeto encontra-se adequadamente inserido no PCA, em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.017/2023, legitimando a continuidade do processo licitatório.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Considerações Gerais

Em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, a contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado** para as unidades da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) tem por finalidade promover ganhos diretos e indiretos em diversas dimensões estratégicas, especialmente no que se refere à **continuidade do serviço público de saúde, eficiência administrativa, economicidade e preservação da infraestrutura predial**.

A seguir, apresentam-se os principais benefícios esperados com a execução da solução contratada.

12.2. Benefícios Diretos

12.2.1. Garantia do Funcionamento Contínuo dos Sistemas de Climatização

A contratação permitirá assegurar o funcionamento adequado e contínuo dos sistemas de climatização instalados nas dependências da Diretoria de Saúde da PMESP, atualmente compostos por diversos equipamentos do tipo split e piso teto, essenciais ao atendimento administrativo.

Com a manutenção regular, espera-se:

- Redução significativa de falhas e paralisações inesperadas dos equipamentos;
- Atendimento rápido às ocorrências corretivas;
- Prevenção de interrupções em salas administrativas e de atendimento ao público;
- Maior previsibilidade operacional.

12.2.2. Melhoria das Condições Ambientais e Assistenciais

A manutenção adequada dos condicionadores de ar proporciona:

- Conforto térmico para os policiais militares que atuam na administração;
- Condições ambientais adequadas para a realização de atendimentos ao público interno;
- Redução de riscos à saúde relacionados a temperaturas inadequadas ou má qualidade do ar;
- Ambiente mais seguro e salubre para o exercício das atividades institucionais.

12.2.3. Padronização e Organização dos Serviços de Manutenção

A contratação possibilita:

- Execução de manutenção preventiva periódica conforme cronograma técnico;
- Registro e controle das intervenções realizadas;
- Padronização dos procedimentos técnicos;
- Rastreabilidade das manutenções corretivas e preventivas.

Esse conjunto de ações fortalece a governança da infraestrutura predial e reduz a ocorrência de intervenções emergenciais.

12.3. Benefícios Indiretos

12.3.1. Redução de Custos Operacionais e de Manutenção Emergencial

A manutenção preventiva contínua contribui para:

- Redução da necessidade de reparos emergenciais de alto custo;
- Diminuição de substituições prematuras de equipamentos;
- Menor gasto com aquisições emergenciais;
- Otimização do uso dos recursos públicos.

12.3.2. Preservação do Patrimônio Público

A correta manutenção dos aparelhos de ar-condicionado resulta em:

- Aumento da vida útil dos equipamentos;
- Melhor conservação dos bens públicos;
- Proteção do investimento já realizado pela Administração;
- Redução de perdas patrimoniais decorrentes de mau uso ou falta de manutenção.

12.3.3. Continuidade dos Serviços de Saúde

Ambientes adequadamente climatizados são fundamentais para:

- Garantir a continuidade dos atendimentos ao público interno;
- Manter o funcionamento regular das atividades administrativas exercidas pela Diretoria de Saúde;
- Assegurar atendimento digno aos policiais militares, ativos e inativos.

12.4. Benefícios em Termos de Economicidade, Eficiência e Eficácia

12.4.1. Economicidade

A contratação proporciona:

- Redução de gastos com manutenções corretivas emergenciais;
- Menor necessidade de reposição de equipamentos;
- Previsibilidade orçamentária;
- Melhor relação custo-benefício ao longo da vigência contratual.

12.4.2. Eficiência

O serviço contratado permitirá:

- Atendimento técnico ágil e padronizado;
- Planejamento adequado das manutenções preventivas;
- Redução do tempo de indisponibilidade dos equipamentos;
- Maior confiabilidade da infraestrutura predial.

12.4.3. Eficácia

Espera-se impacto direto na:

- Disponibilidade contínua dos equipamentos de climatização;
- Redução do número de falhas recorrentes;
- Manutenção das condições adequadas de funcionamento das unidades de saúde;
- Melhoria global do ambiente institucional.

12.5. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

12.5.1. Recursos Humanos

A contratação especializada permite:

- Redução da necessidade de acionamento informal de equipes internas;
- Liberação de servidores para atividades finalísticas;
- Menor sobrecarga administrativa na gestão de infraestrutura.

12.5.2. Recursos Materiais

O controle técnico das manutenções resulta em:

- Uso mais racional dos equipamentos;
- Melhor planejamento de substituições futuras;
- Redução de desperdícios de materiais e peças.

12.5.3. Recursos Financeiros

A solução contratada proporciona:

- Planejamento financeiro mais eficiente;
- Redução de custos imprevistos;
- Maior controle sobre despesas de manutenção predial.

12.6. Resumo dos Benefícios

Categoria — Benefícios

Diretos

- Funcionamento contínuo dos sistemas de climatização;
- Melhoria do conforto térmico e das condições ambientais;
- Padronização dos serviços de manutenção;

Indiretos

- Preservação do patrimônio público;
- Continuidade dos serviços de saúde;
- Redução de custos emergenciais;

Economicidade e Eficiência

- Diminuição de falhas e paradas inesperadas;
- Aumento da vida útil dos equipamentos;
- Melhor planejamento orçamentário;

Sustentabilidade Administrativa

- Uso racional dos recursos;
- Menor desperdício de equipamentos;
- Adoção de práticas modernas de gestão da infraestrutura.

12.7. Conclusão

A contratação dos serviços de **manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado** representa medida essencial para a adequada gestão da infraestrutura da Diretoria de Saúde da PMESP.

A solução contratada proporcionará:

- continuidade dos serviços de saúde;
- ambientes adequadamente climatizados;
- preservação do patrimônio público;
- redução de custos operacionais;
- maior eficiência administrativa.

Trata-se, portanto, de contratação **planejada, necessária, economicamente vantajosa e alinhada à missão institucional da PMESP**, garantindo condições adequadas para o atendimento em saúde aos policiais militares, seus dependentes e pensionistas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Providências Administrativas e Operacionais

Em conformidade com o Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, caberá à Administração a adoção de providências prévias à assinatura do contrato, necessárias para assegurar a adequada implantação, governança, controle e eficiência da prestação dos **serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado** instalados nas unidades da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

As medidas a seguir visam garantir que a execução contratual seja iniciada de forma organizada, segura e alinhada às necessidades operacionais das unidades de saúde, preservando a continuidade dos serviços assistenciais.

13.1.1. Alinhamento Técnico e Capacitação Inicial

A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA orientações técnicas e institucionais mínimas, contemplando:

- apresentação das unidades atendidas e dos ambientes climatizados (salas administrativas, vestiários, entre outros);
- informações gerais sobre os tipos de equipamentos existentes (split, hi-wall, cassete, piso-teto, entre outros);
- diretrizes quanto às prioridades de atendimento, especialmente em áreas críticas;

- orientações sobre horários permitidos para execução dos serviços, de modo a não prejudicar o serviço administrativo;
- parâmetros mínimos de qualidade técnica, periodicidade e padrões de execução da manutenção;
- orientações gerais sobre segurança do trabalho, ética, sigilo e acesso às dependências da PMESP.

Esse alinhamento deverá ocorrer antes do início da execução contratual, por meio de reuniões técnicas, visitas orientadas ou materiais institucionais.

13.1.2. Esclarecimentos Técnicos e Planejamento Operacional Inicial

A CONTRATANTE deverá disponibilizar à CONTRATADA:

- lista inicial dos equipamentos de ar-condicionado existentes, com identificação de locais e capacidades aproximadas;
- informações sobre o histórico conhecido de falhas recorrentes, quando houver;
- definição clara das responsabilidades da CONTRATADA e da CONTRATANTE;
- indicação de interlocutor técnico da Diretoria de Saúde para acompanhamento da execução inicial;
- orientações sobre procedimentos de abertura de chamados e atendimento corretivo.

Essas ações visam mitigar riscos de falhas operacionais e assegurar adequadamente a compreensão do escopo contratado.

13.1.3. Acesso às Instalações e Regras de Segurança

A Administração deverá:

- definir regras de acesso às unidades e ambientes internos;
- estabelecer procedimentos de identificação e autorização da equipe técnica da CONTRATADA;
- orientar sobre normas internas de segurança patrimonial e predial;
- indicar responsáveis locais para acompanhamento das intervenções técnicas, quando necessário.

O acesso aos ambientes deverá ocorrer de forma controlada, respeitando as normas institucionais da PMESP.

13.1.4. Entrega de Normas, Protocolos e Diretrizes Institucionais

A CONTRATANTE deverá fornecer formalmente à CONTRATADA:

- normas internas de funcionamento das unidades de saúde;
- protocolos de segurança e circulação em áreas assistenciais;
- diretrizes quanto à execução de serviços em ambientes com atendimento ao público;
- orientações sobre descarte ambientalmente adequado de resíduos oriundos da manutenção.

Esses documentos servirão de base obrigatória para a execução dos serviços contratados.

13.1.5. Vistoria Técnica Inicial e Diagnóstico Preliminar

Antes do início pleno da execução contratual, a CONTRATANTE deverá:

- autorizar a realização de vistoria técnica inicial nos equipamentos;
- acompanhar, quando necessário, o levantamento do estado geral dos aparelhos;
- validar o diagnóstico preliminar apresentado pela CONTRATADA;
- confirmar o cronograma inicial de manutenção preventiva.

A vistoria inicial permitirá o correto planejamento das ações e o dimensionamento adequado dos serviços.

13.1.6. Reunião de Implantação (Kick-off)

A CONTRATANTE deverá promover reunião inicial de implantação, com a participação de:

- gestor do contrato;
- fiscal(is) designado(s);
- responsável técnico da CONTRATADA.

A reunião terá como objetivos:

- alinhamento das expectativas;
- apresentação do plano de manutenção preventiva;
- definição dos fluxos de comunicação;
- esclarecimento das obrigações contratuais;
- validação dos prazos de atendimento corretivo.

13.1.7. Designação Formal da Gestão e Fiscalização Contratual

A Administração deverá designar formalmente:

- gestor do contrato;
- fiscal técnico e fiscal administrativo;
- respectivos suplentes.

As atribuições observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021, assegurando fiscalização contínua, acompanhamento da execução, registro das ocorrências e avaliação da conformidade dos serviços prestados.

13.1.8. Adequações Internas e Alinhamento Institucional

A CONTRATANTE deverá promover internamente:

- comunicação às unidades sobre o início da vigência contratual;
- orientação às equipes locais sobre o acionamento dos serviços de manutenção;
- organização dos horários de atendimento técnico;
- alinhamento com chefias administrativas e assistenciais quanto à execução dos serviços.

13.2. Conclusão

As providências administrativas e operacionais descritas asseguram que:

- a CONTRATADA inicie a execução dos serviços com pleno entendimento das condições técnicas e institucionais;
- a CONTRATANTE mantenha governança, controle e rastreabilidade da execução contratual;
- os serviços de manutenção de ar-condicionado sejam realizados de forma segura, planejada e eficiente;
- a continuidade dos serviços administrativos não seja prejudicada;
- a execução contratual esteja alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e boa gestão pública.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Enquadramento Normativo

Conforme disposto no Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, faz-se necessária a análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado** instalados nas unidades da Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), bem como a proposição de medidas mitigadoras ou de tratamento.

Embora se trate de serviço essencialmente técnico-operacional e de impacto ambiental moderado, a avaliação visa assegurar a adoção de práticas sustentáveis, responsáveis e alinhadas às diretrizes ambientais da Administração Pública.

14.2. Impactos Ambientais Positivos

14.2.1. Aumento da Eficiência Energética dos Equipamentos

A realização periódica de manutenção preventiva nos aparelhos de ar-condicionado contribui diretamente para:

- melhoria do desempenho energético dos equipamentos;
- redução do consumo excessivo de energia elétrica;
- diminuição de sobrecargas elétricas e desperdícios;
- prolongamento da vida útil dos aparelhos.

Equipamentos bem regulados e higienizados operam com maior eficiência, reduzindo o impacto ambiental associado ao consumo energético.

14.2.2. Redução da Necessidade de Substituição de Equipamentos

A manutenção adequada:

- retarda a obsolescência precoce dos aparelhos;
- reduz a geração de resíduos volumosos e eletrônicos;
- minimiza a necessidade de aquisição frequente de novos equipamentos.

Esse fator contribui para a redução indireta de impactos ambientais associados à fabricação, transporte e descarte de equipamentos de climatização.

14.2.3. Melhoria da Qualidade do Ar Interno

A limpeza periódica de filtros, serpentinas e dutos:

- reduz a circulação de partículas, fungos e bactérias;
- melhora a qualidade do ar em ambientes assistenciais;
- contribui para ambientes mais saudáveis, com menor necessidade de intervenções corretivas emergenciais.

Ambientes mais saudáveis reduzem também demandas adicionais por recursos e retrabalho operacional.

14.3. Possíveis Impactos Ambientais Negativos

14.3.1. Geração de Resíduos Sólidos e Eletrônicos

A execução dos serviços de manutenção pode gerar resíduos, tais como:

- filtros usados;
- componentes elétricos e eletrônicos danificados;
- peças metálicas ou plásticas substituídas.

Caso não haja destinação adequada, esses resíduos podem causar impactos ambientais.

14.3.2. Manuseio de Fluidos Refrigerantes

A manutenção corretiva pode envolver:

- recolhimento ou reposição de fluidos refrigerantes;
- risco de vazamentos, caso não sejam observados os procedimentos técnicos adequados.

Alguns fluidos refrigerantes possuem potencial de impacto ambiental, especialmente sobre a camada de ozônio ou o aquecimento global, se descartados de forma inadequada.

14.3.3. Consumo de Energia Durante Testes e Operação

A realização de testes operacionais após manutenção implica consumo temporário adicional de energia elétrica, considerado pontual e de baixo impacto quando comparado aos ganhos de eficiência proporcionados.

14.4. Medidas Mitigadoras ou de Tratamento Propostas

14.4.1. Gestão Ambientalmente Adequada de Resíduos

Exigir da CONTRATADA:

- destinação ambientalmente correta de filtros, peças e componentes substituídos;
- comprovação de descarte ou reciclagem conforme legislação ambiental vigente;
- utilização de empresas licenciadas para tratamento de resíduos, quando aplicável.

14.4.2. Controle e Destinação Correta de Fluidos Refrigerantes

A CONTRATADA deverá:

- utilizar equipamentos apropriados para recolhimento de fluidos;
- evitar liberações indevidas no meio ambiente;
- observar as normas técnicas e ambientais aplicáveis;
- utilizar, sempre que possível, fluidos com menor impacto ambiental.

14.4.3. Prioridade à Manutenção Preventiva

A ênfase na manutenção preventiva:

- reduz falhas abruptas;
- diminui trocas emergenciais de componentes;
- minimiza geração de resíduos e consumo desnecessário de recursos.

14.4.4. Adoção de Boas Práticas de Sustentabilidade

Sempre que aplicável, incentivar:

- uso racional de materiais;
- planejamento eficiente das rotinas de manutenção;
- redução de deslocamentos desnecessários por meio de cronogramas organizados;
- registro eletrônico de ordens de serviço e relatórios técnicos, evitando uso de papel.

14.5. Impacto Ambiental Geral e Avaliação

A contratação dos serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado apresenta **impacto ambiental globalmente positivo**, uma vez que:

- melhora a eficiência energética dos equipamentos;
- reduz consumo elétrico contínuo;
- prolonga a vida útil dos bens públicos;
- minimiza a geração de resíduos a médio e longo prazo.

Os impactos ambientais negativos identificados são pontuais, controláveis e plenamente mitigáveis mediante a adoção das medidas propostas.

14.6. Conclusão

Conclui-se que a contratação dos serviços de **manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado** está alinhada às diretrizes de sustentabilidade previstas no Decreto Estadual nº 68.017/2023, contribuindo para:

- uso racional de recursos energéticos;
- redução de resíduos e desperdícios;
- melhoria das condições ambientais internas das unidades de saúde;
- gestão pública mais eficiente, responsável e ambientalmente consciente.

Os eventuais impactos ambientais adversos são mínimos e adequadamente mitigáveis, não constituindo óbice à contratação, que se mostra ambientalmente justificável e tecnicamente recomendável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Declaração de Viabilidade

Conforme disposto no Decreto Estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, declara-se que a contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado**, destinados às unidades vinculadas à Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), é **plenamente viável, razoável e adequada**, conforme demonstrado pelos elementos técnicos, operacionais e econômicos apurados no Estudo Técnico Preliminar.

15.2. Compatibilidade com a Demanda Identificada

A contratação foi estruturada para atender à necessidade permanente de manutenção dos sistemas de climatização existentes, compostos por **aparelhos do tipo split e piso teto, incluindo unidades evaporadoras e condensadoras**, essenciais para o funcionamento adequado de ambientes administrativos e assistenciais da PMESP.

A solução contratada permite:

- manutenção contínua da operação dos equipamentos;
- redução de falhas e interrupções no funcionamento;
- prevenção de quebras e danos de maior gravidade;
- preservação do conforto térmico e das condições ambientais adequadas;
- apoio ao funcionamento regular das unidades de saúde.

15.3. Viabilidade Econômica

O levantamento de mercado, realizado por meio de **consultas ao ComprasGov e análise de editais e contratos publicados no PNCP**, demonstrou que os valores estimados para serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado encontram-se compatíveis com os preços praticados no mercado público.

A contratação integrada:

- reduz custos com substituição prematura de equipamentos;
- minimiza gastos emergenciais com manutenções corretivas não planejadas;
- permite previsibilidade orçamentária ao longo da vigência contratual;
- otimiza o uso dos recursos públicos por meio de manutenção programada;
- possibilita economia de escala com a contratação em lote único.

15.4. Viabilidade Técnica

A solução técnica é plenamente viável, considerando que:

- o mercado dispõe de empresas especializadas em manutenção de sistemas de climatização;
- os serviços demandados seguem normas técnicas consolidadas;
- a execução pode ser realizada de forma preventiva e corretiva, conforme necessidade;
- os serviços abrangem inspeção, limpeza, ajustes, substituição de peças e testes operacionais;
- há capacidade técnica suficiente no mercado para atendimento contínuo durante a vigência contratual.

A contratação assegura a continuidade do funcionamento dos equipamentos sem sobrecarregar a estrutura interna da PMESP.

15.5. Conformidade Regulatória e Estrutural

A contratação observa integralmente:

- a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
- o Decreto Estadual nº 68.017/2023;
- as normas técnicas aplicáveis à manutenção de sistemas de climatização;
- as diretrizes de sustentabilidade e eficiência energética da Administração Pública.

A definição clara das responsabilidades da CONTRATADA e da CONTRATANTE assegura segurança jurídica, controle administrativo e adequada fiscalização da execução contratual.

15.6. Apoio à Gestão Institucional e à Continuidade dos Serviços

A contratação contribui diretamente para a gestão eficiente das unidades da Diretoria de Saúde da PMESP ao:

- evitar paralisações de atividades administrativas e assistenciais;
- garantir condições ambientais adequadas ao atendimento em saúde;
- reduzir riscos à integridade de equipamentos e instalações;
- permitir que as equipes internas se concentrem em atividades finalísticas;
- assegurar maior previsibilidade na manutenção predial.

15.7. Sustentabilidade e Eficiência Energética

A contratação promove práticas sustentáveis ao:

- melhorar a eficiência energética dos equipamentos;
- reduzir consumo excessivo de energia elétrica;
- diminuir a geração de resíduos decorrentes de falhas recorrentes;
- prolongar a vida útil dos aparelhos de climatização;
- incentivar manutenção preventiva em detrimento de intervenções corretivas emergenciais.

15.8. Conclusão


Diante dos elementos levantados no Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação dos **serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado**:

- é tecnicamente viável;
- é economicamente vantajosa;
- é operacionalmente necessária;
- atende às necessidades contínuas da Diretoria de Saúde da PMESP;
- está em conformidade com a legislação vigente;
- constitui solução eficiente e sustentável para a preservação da infraestrutura pública.

Portanto, a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado mostra-se plenamente **viável, razoável e adequada**, devendo ser conduzida conforme os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, como instrumento essencial para garantir a continuidade dos serviços, a eficiência energética e a adequada conservação da infraestrutura das unidades de saúde da Polícia Militar do Estado de São Paulo.


16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado digitalmente
THIAGO JOSE DE OLIVEIRA
Data: 29/01/2026 09:30:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THIAGO JOSE DE OLIVEIRA
Equipe de apoio



Documento assinado digitalmente
THIAGO MONTEIRO BUSTAMANTE SA LEAL
Data: 29/01/2026 09:33:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THIAGO MONTEIRO BUSTAMANTE SA LEAL
Equipe de apoio

CENTRO INTEGRADO DE APOIO FINANCEIRO

(Processo Administrativo nº 057.00083548/2026-51)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/610/26,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR
INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO
PAULO, POR MEIO DO CENTRO INTEGRADO DE APOIO
FINANCEIRO – CIAF (UGE180378) E A EMPRESA
.....

O Estado de São Paulo intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Centro Integrado de Apoio Financeiro - CIAF, com sede na Avenida Cruzeiro do Sul, 260, 4º andar, Canindé, CEP: 03033-020, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514/0134-85, neste ato representado(a) pelo(a) Major PM Mack Hidy Sugiyama, nomeado como dirigente, publicado(a) no DOE de 07 de janeiro de 2026, portador da identificação funcional nº 100267-8, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar condicionado do tipo Split e piso teto, incluindo unidades evaporadoras e condensadoras, com fornecimento de peças, materiais, insumos e mão de obra, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	QTD DE MANUTENÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS	2771	UNIDADE	09	2		

2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA), LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS	2771	UNIDADE	09	1		
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS	2771	UNIDADE	07	2		
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA), LIMPEZA DE AR CONDICIONADO (MARCA DIVERSAS) DE 12.000 BTUS	2771	UNIDADE	07	1		
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 29.000 BTUS	2771	UNIDADE	06	2		
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA), DE AR CONDICIONADO DE 29.000 BTUS	2771	UNIDADE	06	1		
7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA DE AR CONDICIONADO DE 48.000 BTUS	2771	UNIDADE	02	2		
8	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO REPARATIVA (CORRETIVA), DE AR CONDICIONADO DE 48.000 BTUS	2771	UNIDADE	02	1		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço global estimado, com execução de serviços contínuos sob demanda*.

1.5. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

1.6.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

1.6.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

1.6.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.6.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

2. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

2.1. *O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.*

3. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

4. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

4.1. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

4.2. *No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.*

4.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

4.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

5. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. *O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.*

6. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis.*

7. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**7.1. São obrigações do Contratante:**

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de XX (XXX) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 02 (dois) , contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*
- 7.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 7.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

7.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

7.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

- 8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 8.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 8.1.22. *Realizar os serviços de manutenção e limpeza de áreas condicionados na Diretoria de Saúde, localizada na Avenida Cruzeiro do Sul, 260, Canindé, 5º andar. Os serviços deverão ser prestados em horários que compreende o expediente administrativo do Complexo Administrativo da Polícia Militar;*
- 8.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 8.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que trata a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

8.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

8.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

9. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.

12.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

- 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: UGE 180378*
- II. Fonte de Recursos: 150010001*
- III. Elemento de Despesa: 339039.....*
- IV. Nota de Empenho: 2026NE.....*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

15.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma)* via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Major PM Mack Hidy Sugiyama

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

PROCESSO Nº 057.00083548/2026-51

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	CATMAT	ITEM SIAFISICO	QTD	ALOR ITÁRIO	VALOR TOTAL
01							

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento do objeto, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte e embalagem.

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:
RG:
CPF:

DADOS BANCÁRIOS NO BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

DATA:

CARIMBO PADRÃO DO CNPJ

Representante Legal